

# ENTREVISTA COM ANATOL LIEVEN

Ivan Nunes e Pedro Aires Oliveira

**A**ntigo correspondente do *The Times* no Paquistão e na Rússia, o britânico Anatol Lieven fez a cobertura jornalística da retirada soviética do Afeganistão e da implosão da URSS, no início dos anos 90. Acompanhou também o início do conflito separatista da Tchetchénia, acerca do qual publicou um importante livro (*Chechnya: Tombstone of Russian Power*, 1998). Seguiu de perto a revolução nacionalista nas repúblicas bálticas e tornou-se um especialista nas relações entre a Ucrânia independente e a Rússia pós-comunista. Nos últimos anos fixou-se nos Estados Unidos, trabalhando como investigador sénior do Carnegie Endowment e escrevendo para vários jornais e revistas de referência. Actualmente, está ligado à New America Foundation. Após os atentados de 11 de Setembro de 2001, a política externa americana tornou-se um dos seus principais temas de investigação. *America Right or Wrong* (2004), uma análise dos paradoxos e ambivalências do nacionalismo americano (ver recensão, p. 171), é o seu mais recente livro. A entrevista que agora publicamos foi efectuada em Junho passado, quando Lieven se deslocou a Lisboa para participar num seminário académico.

*RELAÇÕES INTERNACIONAIS* > No início deste ano assistimos a uma série de eventos no mundo árabe – eleições livres no Iraque, manifestações de massas no Líbano, sinais de abertura democrática no Egipto e na Arábia Saudita, nova liderança na autoridade palestina – que parecem validar alguns aspectos da «doutrina Bush». Será assim?

**ANATOL LIEVEN** > É possível. De qualquer forma, e se o estafado cliché me é permitido, suspeito que quando tivermos elementos seguros para perceber qual foi afinal o factor preponderante dessas mudanças, eu já não estarei por cá. Mesmo que, contra todas as minhas expectativas, viva até aos cem anos...

*R:1* > De qualquer forma, parece difícil negar a importância simbólica das eleições iraquianas numa região onde predominam os regimes tirânicos ou autocráticos. Não crê, por exemplo, que as imagens das mulheres iraquianas a votar possam vir a ter um impacto fortíssimo entre os povos da região?

AL > Não sei. As mulheres têm votado intermitentemente no Paquistão nos últimos sessenta anos e isso não parece ter produzido qualquer efeito. Eu não excluo que num futuro próximo o Iraque possa evoluir para uma democracia, mas, do ponto de vista histórico, não existe qualquer precedente para o estabelecimento de uma democracia estável no meio de uma sangrenta guerra civil de contornos etno-religiosos. Se me falam do sucesso das eleições iraquianas em termos absolutos, muito bem, mas isso é como falar das eleições nos Balcãs, sistematicamente boicotadas por um dos principais grupos étnicos. O facto de os xiitas e dos curdos terem participado massivamente não foi surpreendente; surpreendente seria se os sunitas tivessem aparecido em grande número para votar. É por essa razão que, após a experiência balcânica, nós passámos a valorizar muito mais o conceito de «democracia consociacional». Por outras palavras: ter maiorias absolutas não chega, o essencial é que todos os grupos nacionais se envolvam de alguma forma no processo democrático. É claro que isso levanta questões complicadas acerca da «democraticidade» de um tal modelo. Não podemos ter uma genuína alternância no poder no seguimento de eleições porque o essencial não são as eleições, mas sim a manutenção de um equilíbrio entre os diferentes grupos nacionais. A segunda questão é esta: até que ponto será possível manter esse equilíbrio sem uma força militar estrangeira? Também nos podemos interrogar se a seguir a cada eleição no Iraque a formação do governo levará três meses, e se isso será possível sem os americanos nos bastidores a imporem compromissos entre os actores locais. Isto não parece augurar nada de bom para o futuro da democracia no Iraque.

Deixo aqui uma promessa: se daqui a vinte e cinco anos os principais países do Médio Oriente conseguirem combinar democracia e um certo grau de desenvolvimento económico, então eu prometo comer não o meu livro todo, porque é razoavelmente grosso [risos], mas, vá lá, um capítulo inteiro. Aqui na Europa tendemos a esquecer com demasiada frequência que, em termos de democratização, a história não é teleologia. Ou melhor, no longo prazo se calhar até é, mas o caminho está repleto de soluções e tropeções. E um dos maiores soluções, se olharmos para a história de vários países europeus, é que muitas vezes as ditaduras surgem das entranhas da democracia. Em Portugal, o golpe militar que preparou o caminho para a ditadura de Salazar foi feito contra um regime constitucional, republicano, semidemocrático. Idem para Mussolini. Idem para Hitler. Idem para Franco. Os bolcheviques não derrubaram o Czar, mas sim um governo de liberais incompetentes que estavam a perder a guerra. E assim por diante.

A visão ortodoxa prevalecente – primeiro eleições livres e justas, depois um governo que introduz reformas económicas bem sucedidas, e a seguir a adesão à União Europeia – parte de uma leitura distorcida da história do mundo dos últimos cem, cento e cinquenta anos. Se olharmos para a América Latina, é difícil fazer a apologia de um modelo de desenvolvimento autoritário porque este não funcionou, mas, infelizmente, não há muitos argumentos a favor de um modelo de desenvolvimento democrático porque este também não resultou. Dada a frequência com que os regimes democráticos e constitucionais

na América Latina foram derrubados em favor de ditaduras, e tendo em vista as crises a que assistimos recentemente em países latino-americanos, julgo que será prematuro decretar o fim da História na região. Não digo que não funcione, mas a verdade é que o governo democrático na América Latina ainda não produziu níveis de desenvolvimento económico equiparáveis aos da Ásia Oriental, por exemplo. Na verdade, em muitos casos produziu sim declínio económico, empobrecimento e, inevitavelmente, manifestações de descontentamento social e instabilidade política.

Eu não digo que não nos devamos concentrar na construção da democracia como a meta final, e tanto a Coreia do Sul como Taiwan são dois bons exemplos de como o crescimento económico durante um período de trinta anos pode ter como desfecho a democracia. Mas isso só acontece quando o desenvolvimento económico produz as classes e grupos que exigem a democracia.

O grande sucesso dos últimos anos – diria mesmo, o único grande sucesso – no capítulo da democratização e da reforma económica foi o da Europa de Leste, os antigos satélites da União Soviética, aos quais poderíamos também juntar, provisoriamente, a Ucrânia. Noutras partes do mundo ou tínhamos uma coisa ou outra, mas nunca ambas. Excepto, talvez, o caso da Índia, mas aí o progresso económico ainda deixa muito a desejar – e, já agora, a democracia também, pelo menos se tivermos em conta os métodos da polícia indiana. O desenvolvimento económico da Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong fez-se sob a égide de governos autoritários – a democratização chegou apenas trinta ou quarenta anos depois. E é claro que a história de sucesso da Europa de Leste ficou a dever-se, acima de tudo, à União Europeia e à rede de segurança proporcionada pela NATO. Pelo contrário, na Rússia a tentativa de combinar os interesses económicos e geopolíticos americanos, as reformas económicas russas e a democratização ao estilo russo, produziu uma horrível síntese de políticas contraditórias e, no fim, uma lamentável derrota da democratização e da própria economia de mercado tal como a concebemos no Ocidente. Com isto não pretendo dizer que o papel predominante neste fiasco tenha sido desempenhado pelos conselheiros ocidentais – a responsabilidade última deve ser obviamente assacada a Ieltsin e aos seus aliados oligarcas, mas parece-me claro que o papel do Ocidente, e da América em particular, não ajudou. Devo dizer que desde então habituei-me a encarar a retórica americana da democratização com enormes reservas.

Em muitos aspectos, há boas razões para adoptarmos uma atitude cautelosa e prudente em relação à Rússia de Putin. A minha atitude seria completamente diferente se houvesse na Rússia algo de comparável ao movimento de massas coerente e organizado da Ucrânia, empenhado não apenas na democratização mas também na reforma económica. Não existe nada de semelhante na Rússia e, sem isso, e sem partidos com capacidade para serem os agentes da modernização económica, o resultado é algo equivalente ao que existe nas Filipinas, no Paquistão e em determinadas partes da América Latina: formas exteriores de democracia que são meras fachadas para uma gover-

nação oligárquica, e uma governação oligárquica que não apenas está pouco mobilizada para a reforma económica como é, na realidade, um dos principais obstáculos a qualquer reforma do Estado. No Paquistão, infelizmente, não há nenhuma força política de dimensão nacional que seja capaz de actuar como agente de uma reforma modernizadora. E eu não acredito que este género de vazios possa ser preenchido pelas ONG's...

*R:1 > Por vezes, no seu livro, critica a Administração Bush não por uma qualquer estratégia em concreto em relação ao mundo árabe, mas pelo facto de, aparentemente, ela não possuir uma estratégia clara. Ora, a democratização do mundo árabe, começando no Iraque e depois avançando para a resolução do conflito israelo-palestiniano, não poderá ser o grande desígnio da política externa deste presidente?*

**AL >** Podia ser e, se o fosse, eu não me oporia a ela. Quer dizer, eu criticaria os detalhes, mas não o plano geral. No entanto, há duas razões que me levam a pensar que essa não é a estratégia deles. A primeira é esta: qualquer tentativa de resolução do conflito israelo-palestiniano tendo por base a democracia palestina irá inevitavelmente entrar em colapso a menos que os EUA estejam preparados para exercer pressão sobre Israel com vista a extrair-lhe concessões territoriais. Não necessariamente concessões imediatas, mas termos claramente definidos para um Estado palestino, em troca da adesão palestina à democracia e a certas garantias básicas, como o não retorno dos refugiados. Sem isso, nem Abu Mazen nem os seus eventuais sucessores terão qualquer credibilidade para prosseguir o diálogo com Israel. Por muito corrompidos que possam ser os seus dirigentes, a verdade é que a OLP é um genuíno movimento de «libertação nacional» e para garantir a sua legitimidade é fundamental que consigam um verdadeiro Estado, não um mero protectorado, e isso requer uma coerência territorial mínima. Para ser franco, não acredito que sem uma pressão maciça da parte de Washington Sharon esteja disposto a ir tão longe.

A segunda razão chama-se Irão. Se queremos chegar a um acordo em relação às ambições nucleares iranianas é essencial chegar a um *rapprochement* com Teerão noutros domínios, e isso envolve, entre outras coisas, o reconhecimento de que, comparado com outros estados da região, à excepção da Turquia, do Líbano e do Iraque, o Irão é de longe o país mais democrático. Por uma questão de coerência é necessário que a nossa política em relação ao Irão seja posta em sintonia com as posições ideológicas que mantemos em relação a outros países. Por um lado, os EUA e o Ocidente deveriam estar preparados para tratar o Irão como um caso de relativo progresso político, em vez de o continuarem a encarar como uma teocracia sanguinolenta. Por outro lado, deveriam estar preparados para lidar pragmaticamente não com a teocracia iraniana, mas com o nacionalismo iraniano. Dito isto, gostaria de deixar claro que não defendo o reconhecimento do Irão como um estado nuclear legítimo.

*R:1 > Embora alguns autores da escola realista, como Kenneth Waltz, não levantem grandes objecções à entrada do Irão no clube nuclear...*

*AL > Bem, eu tentaria tudo para impedir que isso acontecesse. Mas como a política é muitas vezes uma questão de opção entre escolhas más, se o preço a pagar para evitar a nuclearização do Irão for uma guerra seguida de uma invasão, receio bem que o esforço que os EUA teriam de despende para esse efeito seria tão elevado que a sua supremacia mundial poderia ficar reduzida a escombros.*

*R:1 > Que posição deverão as democracias ocidentais adoptar quando confrontadas com a possibilidade de movimentos extremistas usarem os mecanismos da democracia para chegarem ao poder e destruírem a democracia? Estaremos hoje mais perto de uma reedição do que sucedeu na Argélia em 1992 (vitória dos radicais da FIS, prontamente anulada pelo Exército) ou da Turquia em 2002 (vitória dos islamitas moderados, aceite pelas Forças Armadas)?*

*AL > Em primeiro lugar, penso que devemos manter o maior número de contactos possível com os islamitas moderados, conhecê-los melhor. Afinal de contas, o AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento) de Erdogan não chegou ao poder assim sem mais nem menos. Primeiro foram corridos pelos militares, depois submeteram-se a um longo processo de assimilação; e, é bom não esquecê-lo, continuam a ter o Exército à espreita. Se os islamitas turcos fossem suficientemente loucos para proclamar uma república islâmica em Ancara e abandonar a NATO, no dia seguinte o Exército derrubava-os. É uma ideia desconfortável, mas nós continuamos a manter a opção autoritária em reserva na Turquia. O ponto é que mesmo sob a tutela militar a Turquia já se tinha tornado um caso de modernização relativamente bem sucedido, ao passo que as eleições na Argélia foram a consequência do declínio económico e de uma profunda crise do Estado.*

*R:1 > Mas as democracias ocidentais, e em especial a França, não terão cometido um erro ao impedir os extremistas de exercerem o poder na Argélia e sujeitarem-se à sua erosão?*

*AL > Sim, julgo que foi. Penso que o nosso «piloto automático» deve ser a favor da democracia; a menos, claro, que tenhamos provas claras de ligações entre esses radicais e grupos terroristas. Tenho quase a certeza que se isso acontecesse, os EUA não lhes dariam a menor chance. E é por isso que a retórica democrática da América está sempre em risco de ser acusada de hipocrisia – em certos casos, há sempre a hipótese de ser cancelada pelos seus interesses nacionais mais prementes. Algumas pessoas sugeriram que o general Musharraf poderia aplicar o modelo Ataturk no Paquistão. Isso seria inviável, mas imaginemos, como hipótese académica, que ele tentava. O resultado seria a transformação do Paquistão num Estado nacional punjabi, a abolição das outras províncias, o fim do ensino de todas as outras línguas. O mesmo pode ser dito em*

relação à emulação do modelo republicano turco pela Rússia. É isso que queremos? Uma Rússia etnicamente homogênea? (E para que tal fosse possível não bastaria suprimir a insurreição tchetchena, seria preciso expulsar ou eliminar fisicamente todas as minorias muçulmanas da Federação russa, e impor o russo como única língua nacional.) Não creio. Por vezes, existe a tendência para negligenciarmos o contexto histórico de certos processos. Na Turquia dos anos 30, talvez aquela fosse a única via possível para a modernização, mas nos dias de hoje dificilmente esse modelo poderia ser copiado.

*R:I > A Arábia Saudita é outro elemento que complica a retórica americana da democratização. Pensa que a relação de forças vai pender a favor daqueles sectores da direita americana que defendem um corte com a Casa de Saud, e até novas políticas energéticas destinadas a diminuir a dependência americana do petróleo saudita, ou, pelo contrário, assistiremos a uma manutenção ou mesmo reforço da aliança Washington-Riad?*

**AL >** Se o regime saudita se encontrar seriamente ameaçado do ponto de vista interno, e se se tornar mais radical em consequência disso, então creio que essa parceria deixaria de ser a mesma. É um problema semelhante àquele que se coloca em relação ao regime de Musharraf no Paquistão (com a ressalva de que a ditadura de Musharraf não poder ser comparada com a da Casa de Saud). Presentemente, a América está muito, muito ligada a Musharraf. Na guerra contra a Al-Qaida, os grandes sucessos foram alcançados com o auxílio do Paquistão. Mas não é muito difícil imaginar que se por acaso uma organização terrorista baseada no Paquistão ou na Arábia Saudita conseguisse levar a cabo um ataque devastador contra a América, então as pressões oficiais americanas sobre aqueles dois regimes aumentariam enormemente. É claro que o Paquistão é um aliado que deixa muito a desejar, mas não se pode chegar lá e governar directamente aquilo, ou sequer reformá-lo radicalmente, como está a suceder no Iraque. Há quem diga que esse é exactamente o objectivo dos terroristas, provocar um ataque americano ao Paquistão ou à Arábia Saudita. Se conseguirem fazê-lo, isso é outra história, mas eu não ficaria nada surpreendido se o tentassem. E então estaria aberta uma espiral para relações muito mais perigosas. Tudo somado, o que nos resta são algumas opções pouco satisfatórias.

*R:I > Como é que o seu último livro foi recebido nos Estados Unidos?*

**AL >** Teve algumas boas recensões na imprensa mais intelectual, mas é claro que as críticas reflectiam muito a inclinação política dos recenseadores. Teve críticas favoráveis de conservadores oriundos do velho campo realista. Essas recensões tenderam a enfatizar a minha hostilidade ao internacionalismo liberal, e a ser omissas em relação às minhas críticas ao nacionalismo conservador. Os liberais, pela sua parte, adoraram as minhas farpas ao nacionalismo conservador mas ficaram muito decepcionados com as minhas críticas ao internacionalismo liberal. Praticamente toda a gente nos EUA ignorou

o capítulo sobre Israel porque é demasiado controverso. E por fim tive também algumas críticas simpáticas da esquerda, que diziam: «É um livro muito bom, mas não presta suficiente atenção à bem sucedida luta da esquerda americana contra o nacionalismo e imperialismo americano.» Devo dizer que acho comovedor haver quem ainda acredite que a esquerda é uma força política relevante na América – eu, pelo menos, ainda não dei por isso.

*R:I > No seu livro, argumenta que embora os impulsos expansionistas tenham estado sempre latentes no nacionalismo americano, só recentemente é que eles se manifestaram de uma forma mais crua. Explica esta metamorfose com base numa série de complexas dinâmicas sociais e quase que traça um paralelo entre a postura mais beligerante da América contemporânea e o tipo de nacionalismo que emergiu na Europa na transição do século XIX para o século XX. É um paralelo no mínimo perturbante...*

**AL >** O nacionalismo no século XIX, enquanto força motriz do Estado moderno, tem sido correctamente associado à ascensão da burguesia, que em muitos países constituiu a espinha dorsal do nacionalismo (a Itália do Risorgimento é talvez o exemplo mais óbvio), uma doutrina que estava em perfeita sintonia com as suas aspirações e interesses de classe. Mas o que eu quis destacar é que, numa fase posterior, ocorreu um fenómeno em vários países europeus, onde uma espécie diferente de nacionalismo é articulado por classes que se vêem a si próprias como estando em declínio por causa da modernização – a velha nobreza, claro está, muito frequentemente as classes médias-baixas tradicionais, os artesãos especializados ameaçados pela indústria e, também, o campesinato abastado. É a partir destas classes que emerge o chamado nacionalismo reaccionário, um nacionalismo retrógrado, que tem uma atitude muito complexa em relação ao Estado-nação moderno, e que muito frequentemente exprime uma atitude de nostalgia em relação a uma sociedade melhor e mais pura que teria precedido o Estado moderno – e daí todas aquelas fantasias medievais, raciais e religiosas acerca de um retorno à forma primordial da comunidade nacional. Este fenómeno variou imenso de país para país, nuns assumiu um cunho mais religioso, noutros, como na Alemanha, tendeu a enfatizar a pureza racial.

Alguns dos mais reputados estudiosos do nacionalismo – Kenneth Minogue, Elie Kedourie, e o pai do movimento neoconservador, Irving Kristol – têm sugerido que o nacionalismo difere do patriotismo na medida em que é uma ideologia essencialmente insatisfeita. O patriotismo depende da manutenção do *status quo* existente, ao passo que o nacionalismo começou muitas vezes por ser uma ideologia revolucionária – afinal de contas, o primeiro nacionalismo moderno foi o nacionalismo da Revolução Francesa. Esta noção do nacionalismo como uma ideologia insatisfeita que sonha com uma futura visão do Estado é um cliché dos estudos do nacionalismo. Mas, do mesmo modo, há outra espécie de nacionalismo insatisfeito com o presente porque olha para um passado

idealizado, e uma das expressões mais extremas deste fenómeno pode ser encontrada na célebre frase de Charles Maurras, proferida na década de 1930: «para amar a França hoje é preciso odiar aquilo em que ela se transformou». Devo dizer que encontro uma enorme ressonância nessa frase quando penso na ala direita do Partido Republicano ou na direita cristã da América dos dias de hoje. São movimentos animados por um sentimento de profunda rejeição daquilo em que a América se transformou desde os anos 60, uma rejeição da cultura dominante, em relação aos costumes sociais, e que ao mesmo tempo sentem uma enorme nostalgia pela América de Eisenhower, ou até por eras mais recuadas. É um movimento que não está apenas enraizado nas pequenas cidades da velha América protestante, visto que há inúmeros católicos que comungam destes sentimentos, e até um certo número de negros. Mas, do ponto de vista histórico, a espinha dorsal desta nostalgia de uma América mais pura são as tradicionais classes protestantes brancas. Já antes, em gerações anteriores, se tinha assistido à irrupção deste movimento nostálgico. No meu livro não sugiro que a actual direita radical americana possa ser comparada à direita da década de 1840; isso seria o mesmo que dizer que Jean-Marie Le Pen é um monárquico da velha guarda, um legitimista conservador católico – é óbvio que ele não é nada disso.

*R/I > Poderia aprofundar um pouco mais essa ideia do paralelo entre as bases sociais do nacionalismo conservador na América e os nacionalismos reaccionários da Europa do início do século XX? Porque sugerir que o nacionalismo americano contemporâneo se funda numa ideia de derrota pode parecer estranho...*

*AL > Se lerem alguns dos grandes historiadores americanos da escola conservadora, como Richard Hofstadter, Steve Woodward, ou Daniel Bell, então a minha tese, que pode parecer incrível ou revolucionária, fica reduzida a uma mera repetição de um fenómeno que eles observaram vezes sem conta na história americana: a sensação das velhas classes brancas dominantes no campo e nas pequenas cidades de província (hoje nos subúrbios), de que o seu universo económico, social e cultural se encontra ameaçado por forças exteriores. É claro que a identidade dessas forças exteriores vai mudando – em tempos foram o catolicismo e os imigrantes irlandeses – mas os medos, esses permanecem. Em meados do século XIX, o medo da imigração irlandesa era a segunda questão política mais importante, logo a seguir ao problema da escravatura e da unidade nacional. E o que é interessante é que estas ansiedades tendem a estar enraizadas sempre nas mesmas regiões do país. O culto da derrota na Guerra da Secessão tornou-se um elemento fundamental na cultura política do Sul branco. Mas o sentimento de que esta região e as suas classes dominantes estavam a ser exploradas, excluídas e subjugadas pelos novos poderes industriais e financeiros do Nordeste do país, é algo que precede a própria guerra civil.*

*Por outro lado, há aqui uma dimensão puramente económica. Nos últimos trinta anos, os rendimentos das classes médias brancas têm conhecido um declínio ou estagnação –*



um declínio que não é uniforme do ponto de vista nacional, mas que é muito severo em algumas áreas. Mais uma vez, isto não é uma mera percepção minha, mas um facto que tem sido observado por outros autores. Thomas Frank, em *What's the Matter with Kansas?* (2004), demonstra de forma eloquente como este declínio de rendimentos e de status contribui para alimentar ansiedades culturais mais vastas.

*R:1* > Ainda assim, a persistência do «sonho americano» mesmo entre essas classes em declínio é algo impressionante. Embora algumas tendências chauvinistas da sociedade americana se tenham tornado mais visíveis após o 11 de Setembro, muita gente na Europa ainda olha com admiração para o melting pot americano. Quando se compara as reacções dos holandeses ao assassinato do cineasta Theo van Gogh com a reacção colectiva dos americanos aos atentados de 2001, por exemplo, é notável como os sentimentos anti-islâmicos não se tornaram mais comuns na América...

*A.L.* > Isso é absolutamente verdade, e no meu livro afirmo que o nacionalismo europeu pode ser mais feio e nocivo do que o nacionalismo americano porque é mais defensivo e exclusivista. Mas há duas coisas que devemos dizer em defesa da Europa. A primeira é que para os EUA, os mexicanos e os centro-americanos representam sensivelmente o mesmo que os muçulmanos representam para a Europa. Mas, como é óbvio, nem os mexicanos nem os centro-americanos podem ser vistos como ameaças equivalentes àquelas que os europeus vêem nos muçulmanos, uma ameaça que combina o terrorismo, as diferenças culturais e religiosas e as questões históricas. Se o México fosse um país muçulmano como os do Magrebe, então garanto-vos que iríamos ter algumas reacções muito feias na América. O número de muçulmanos na América é relativamente pequeno quando comparado com a situação na Europa, além de que a comunidade muçulmana na América está muito, muito dividida internamente, ao passo que na Europa (com excepção da Alemanha, onde predominam os turcos), ela é quase toda de origem árabe, e de uma determinada região.

O segundo ponto é que a aceitação dos imigrantes tem de ser relacionada com a atitude das classes americanas dominantes em relação aos americanos pobres. Tradicionalmente, essas classes dominantes brancas, e as pessoas bem sucedidas de uma forma geral, não se identificam com os pobres das grandes cidades porque os pobres das grandes cidades pertencem a uma raça ou etnia diferente. Essa é uma das razões que explica a ausência de um Estado-providência na América. As políticas sociais americanas dignas desse nome são aquelas com as quais a maioria das classes médias se pode identificar, como a segurança social, mas elas ficam muito aquém do modelo europeu do Estado-providência, que incluiu, entre muitas outras coisas, a assistência médica universal. Na Europa temos a persistência de um ideal de homogeneidade nacional. Isso, claro está, coloca um desafio aos europeus: será possível manter os actuais sistemas de protecção social numa era de mudanças económicas aceleradas e, também, de crescente diversidade cultural e étnica? Posta em termos crus, a questão é esta: um europeu é, por defini-

ção, alguém que recebe muito mais do Estado do que um americano; nesse sentido, é natural que as actuais populações europeias queiram ser mais cautelosas com a extensão desses direitos – afinal, eles pagam muito mais do que os seus congéneres americanos para sustentar os novos imigrantes. Esta resposta pode parecer um pouco cínica, mas eu creio que há uma boa dose de evidência empírica a sustentá-la.

*R:I > Em Who Are We? (2004), Samuel Huntington diz que, tendo em vista o crescimento da comunidade mexicana, e as pressões para o bilinguismo nos estados onde essa comunidade é mais forte, os EUA poderão enfrentar no futuro um problema irredentista. Concorda?*

*AL > É um problema a ter em conta. Há uma ansiedade considerável entre os Anglos (é assim que eles são chamados no Texas e no Sul da Califórnia) em relação à população latina cada vez mais numerosa, e que explica as pressões para que se restrinja o ensino em espanhol e para que se declare o inglês como a única língua oficial. É claro que há uma certa dose de racismo a tingir o pensamento de Huntington e a ideia de que os latinos poderão algum dia organizar um movimento irredentista, bem... Para que isso acontecesse, o México tinha de se tornar mais rico do que os EUA; só então é que os imigrantes mexicanos poderiam ter algum interesse em devolver ao México algumas partes dos EUA. Mas eu penso que a razão fundamental pela qual o livro de Huntington deixou tanta gente furiosa é porque contraria um dos mitos americanos fundamentais – o mito da persistente capacidade assimiladora dos EUA, o poder de atracção das ideias americanas, e a ideia de que certos receios que afligem outros países não se aplicam na América. Devo dizer que considero esse tipo de excepcionalismo americano um bocadinho duvidoso. Houve um período, entre 1920 e 1960, em que as políticas de imigração dos EUA eram muito mais restritivas do que são hoje. Há quem diga que foi por causa disso que durante esses anos foi possível criar um embrião de um Estado-providência na América. Há também quem diga que nunca como durante esse período a assimilação foi tão extensa e rápida. Essa é a tese de um autor como Michael Lind, que de maneira alguma pode ser descrito como um reaccionário ou um racista. Os sindicatos americanos são naturalmente hostis à imigração porque ela torna a organização laboral muito mais difícil. A forma como Huntington articula determinadas preocupações pode ter um elemento racista subjacente, mas há preocupações sociais em torno da questão da imigração que estão longe de estar confinadas à agenda da direita mais reaccionária.*

*R:I > E pensa que o crescimento da população hispânica poderá pôr um travão à ascendência da direita religiosa, ou, pelo contrário, o Partido Republicano será capaz de forjar uma aliança entre os evangélicos no Sul e os latinos católicos?*

*AL > De momento, os latinos ainda votam maioritariamente no Partido Democrata, mas um número cada vez maior deles está a votar nos republicanos, pelo menos em relação*

ao que sucedia nos últimos vinte ou trinta anos. Em meu entender, isso é o resultado de vários factores. Um deles é que o Partido Republicano já não é o partido da alta classe média. Em segundo lugar, os republicanos estão muito mais comprometidos com políticas de imigração relativamente liberais do que os democratas. Vamos ser honestos: os interesses das classes trabalhadoras hispânicas e das velhas classes trabalhadoras brancas e negras não são os mesmos. Em teoria, poder-se-ia construir uma aliança em que os latinos aceitariam dizer ao México, à Guatemala e às Honduras: «Olhem, a porta agora está fechada, ninguém mais entra». Mas isso não é realista, porque eles têm irmãos, irmãs, primos, filhos que ficaram nesses países. Há muitos trabalhadores hispânicos na América que deixaram para trás as suas famílias e esperam um dia que elas venham ter com eles. Isto é um assunto crítico para os latinos, que jamais votarão num partido que advogue políticas de imigração muito restritivas. Temos de abandonar aquela ideia liberal muito naïve que pretende que os pobres votarão automaticamente em partidos progressistas porque isso faz parte da sua natureza. Penso que na Europa temos tido exemplos mais do que suficientes que desmentem essa asserção. Mais a mais, temos hoje uma elite latina empreendedora que se identifica com os republicanos por razões económicas. Fui obviamente muito crítico de certos aspectos da América contemporânea no meu livro, mas notem que eu também menciono frequentemente algumas mudanças importantes – mudanças que permitiram que alguém como Alberto Gonzales possa ter ascendido ao cargo de ministro da Justiça, algo que seria impensável há trinta anos atrás.

Finalmente, temos de ter presente o papel do catolicismo conservador e da implantação das próprias igrejas evangélicas entre os latinos, que assim se passam a identificar com o Partido Republicano em termos culturais. É muito difícil conseguir com que latinos culturalmente conservadores se identifiquem com um partido que tem sido descrito com êxito como sendo pró-gays. Uma das razões que levou a que o meu livro tivesse sido muito criticado por democratas e liberais prende-se com a importância que concedi à religião. Isso tem muito a ver com uma batalha absolutamente crucial que neste momento se trava no interior do Partido Democrata. Há pessoas que defendem que os democratas têm de regressar aos anos anteriores à década de 1950, quando praticamente nada os distinguia dos republicanos em termos de adesão a valores conservadores. Há movimentos religiosos muito fortes por detrás dos democratas do Midwest que são radicais do ponto de vista social e económico, mas ao mesmo tempo muito conservadores em termos de valores. Escusado será dizer que esta linha é detestada pelos liberais do Partido Democrata.

*R:1 > Mas convém não esquecer que o Partido Republicano também tem os seus liberais na esfera cultural, pelo menos na Califórnia.*

*AL > Absolutamente. Arnold Schwarzenegger está longe de ser um conservador religioso. Mas esses liberais do Partido Republicano tendem a adoptar uma linha que é esta: esses*

lunáticos podem aprovar as leis que muito bem entenderem porque elas não se aplicam a nós, que somos ricos e podemos ignorar a lei. Por outro lado, o argumento de Thomas Frank, que sugere que os democratas precisam de se tornar mais conservadores do ponto de vista cultural, e ao mesmo tempo adoptar uma agenda económica e social muito mais radical, encontrará grandes obstáculos no Partido Democrata, já que hoje em dia a maioria dos senadores democratas são multimilionários.

Há ainda outro problema que os democratas têm de resolver na sua competição com os republicanos. Os democratas precisam desesperadamente de manter os seus activistas, as pessoas que se dispõem a ir bater às portas, distribuir panfletos, etc. E aqui voltamos novamente ao precedente europeu: os republicanos têm do seu lado algo que até há relativamente pouco tempo na Europa era a espinha dorsal não apenas do apelo eleitoral dos partidos, mas também da própria organização dos partidos conservadores – a Igreja. É claro que na América as coisas são diferentes porque não há uma Igreja mas muitas, muitas igrejas diferentes. De qualquer forma, o papel da Igreja na mobilização de activistas e funcionários partidários é tremendo. Por nunca terem estudado a história europeia, um grande número de comentadores liberais não entende a importância de haver, em termos europeus, um padre em cada vila ou comunidade. Seria impossível escrever a história contemporânea de Portugal, Espanha e França, ou de qualquer outro país europeu, sem falar da importância da religião.

No passado, os democratas tinham um trunfo importante: os sindicatos. Mas é claro que os sindicatos na América nunca tiveram a mesma força dos sindicatos europeus. Na Europa os sindicatos estão em declínio, mas na América esse declínio é radical. E os sindicatos americanos estão perfeitamente cientes de como a retoma da imigração nos anos 60 contribuiu para o seu enfraquecimento. Os democratas perderam assim uma das suas principais instituições de mediação com o eleitorado, e em consequência disso há situações perfeitamente patéticas. Deixem-me contar-vos uma história. Depois das últimas eleições presidenciais, encontrei um amigo meu, um professor universitário liberal de Los Angeles, que é um democrata apaixonado. Nos últimos dias da campanha, os democratas identificaram o Ohio como o estado onde a eleição poderia ser decidida, e portanto trataram de mobilizar pessoas como ele – branco, classe média, liberal – para tocar à campanha de eleitores urbanos do Ohio – negros, pobres, desempregados – a fim de encorajá-los a votar em Kerry. Ele confessou-me que foi uma experiência tragicómica, pois mal conseguiam comunicar uns com os outros. Ora, se os democratas tivessem conseguido mobilizar activistas sindicais em sítios como Cleveland, Columbus, etc., isso teria sido muito mais eficaz.

*R:1 > Você parece dividido quanto à natureza do nacionalismo americano. Por um lado, reconhece o lado positivo do credo americano – o patriotismo cívico, o império da lei, o gosto pela liberdade individual – mas, por outro, não consegue esconder a sua irritação perante a propaganda nacionalista americana, o jingoísmo, etc.*

AL > No que toca à propaganda, devo dizer que uma das coisas mais espantosas é a transformação de Tocqueville num americano. É fascinante. Muitos americanos acreditam piamente que Tocqueville se instalou na América, se tornou um cidadão americano e morreu nos Estados Unidos. Não conseguem acreditar que só aí viveu dezoito meses e que depois regressou a França, nunca tendo sequer sonhado em se radicar na América. E há algumas passagens notáveis no *Democracia na América* em que ele exprime uma exasperação absoluta em relação a este refrão repetitivo – a América é a melhor, os valores americanos são os melhores. O problema é este: isto gera uma reacção irritada, e em algumas partes do livro é possível que eu tenha deixado transparecer isso mesmo. Por outro lado, eu tive o cuidado de salientar – porque acredito nisso, e é um facto histórico –, que as guerras, os episódios de chauvinismo, de histeria colectiva, etc., que noutros países conduziram à institucionalização de ditaduras, na América duraram pouco tempo. Através da história, o sistema americano tem-se valido de um notável mecanismo de autocorreção que trás a América de volta a valores democráticos básicos, à abertura, à tolerância, ao pragmatismo e à moderação.

RL > Mas termina o livro com uma nota algo sombria, dizendo que se a América vier a ser novamente alvo de um ataque terrorista em grande escala, é possível que esse mecanismo autocorrector deixe de funcionar.

AL > Essa é uma preocupação que tem sido expressa muito insistentemente, e não apenas pelos defensores das liberdades civis ou pelas pessoas mais à esquerda. Na Guerra Fria o problema também se punha, mas durante esse período nunca houve um só ataque em solo americano. Há uma preocupação muito séria quanto à possibilidade de um ataque terrorista, e da sua exploração emocional por certas forças políticas, conduzir a transformações estruturais no sistema constitucional americano. Não estou a dizer que isso é uma inevitabilidade. Digo apenas que algo como o 11 de Setembro não acontecia desde o século XVIII. Os britânicos incendiaram Washington em 1814, mas não massacraram os seus habitantes. Para se ter uma noção dos efeitos do 11 de Setembro na psique americana é preciso recuar ao período da fronteira, em que homens, mulheres e crianças eram massacrados indiscriminadamente e de maneiras horríveis. Isso poderá, se algum dia suceder, levar à intensificação e institucionalização de algumas tendências perigosas que se manifestaram depois do 11 de Setembro.

Pode ser que o 11 de Setembro tenha sido um acontecimento único, que os terroristas não consigam voltar a repeti-lo. Esperemos que sim. Na verdade, estou bastante optimista quanto à hipótese de a política americana regressar a um estilo muito mais contido, pragmático e equilibrado. Há um capítulo do meu livro, do qual ninguém fala, em que eu menciono a tremenda força do pragmatismo na tradição política americana. E eu refiro que em relação à Rússia e à China – e mesmo antes do 11 de Setembro – a Admi-

nistração Bush não tem seguido uma agenda neoconservadora, em larga medida tem-se mantido fiel a uma agenda realista tradicional.

*R:J* > Outra coisa que refere no seu livro, e que soa algo estranha quando lida aqui na Europa, é o declínio dos estudos regionais e do estudo da história mundial nas universidades americanas, cujos recursos são muito superiores aos das universidades europeias. E acrescenta que isso tem sido um factor determinante na difusão de certos preconceitos entre os media, a opinião pública e até entre os decisores políticos americanos, em relação ao Médio Oriente e ao Islão.

*AL* > Isto é um problema comum a todo o mundo ocidental. Infelizmente não há assim tanta gente que esteja disposta a ir estudar e viver nessas sociedades, a escutar em vez de falar, em suma, a aprender algo acerca do seu funcionamento. Um dos problemas reais no mundo dos think-tanks é que há tanto dinheiro a ser canalizado para os projectos que têm a ver com a democratização, a sociedade civil, etc., que sobra muito pouco para enviar investigadores para aquelas sociedades e permitir que eles sejam um pouco como os velhos antropólogos que iam viver entre os nativos. Penso que a situação é pior na América, não porque haja melhor investigação na Europa, mas porque na América o debate tende a ser mais ideológico. Há uma terrível inflação de discursos baseados em frases-feitas, do género, «o Paquistão é uma ditadura militar», como se fosse a mesma coisa que o Egipto ou o Uzbequistão...

*R:J* > Há até competições na internet para saber quem é o pior ditador do mundo.

*AL* > Sim, é grotesco. Acaba-se por misturar regimes completamente diferentes, como se Franco e Estaline tivessem sido ditadores idênticos, o que é ridículo. «O Paquistão é uma ditadura militar», «O Irão é uma teocracia», isto são clichés que em nada contribuem para melhorar a nossa compreensão dessas sociedades. Com uma única excepção, não há investigadores americanos a realizar doutoramentos sobre a cultura ou a sociologia política do Paquistão, quais os padrões de voto dos eleitores, como é que o poder está distribuído, quais as mudanças em curso, etc. E depois há aqueles outros casos em que o Estado americano tem dificultado imenso a vida aos investigadores – é o caso do Irão. É tremendamente difícil a um investigador americano conseguir viajar até ao Irão e trabalhar aí, e essas dificuldades vêm muitas vezes do lado americano.

No último Outono, esbocei um projecto de investigação que implicaria viver dois meses entre os pashtuns do Afeganistão e Paquistão com vista a tirar o pulso à situação e avaliar a possibilidade de a «guerra às drogas» poder gerar descontentamento e apoio a movimentos extremistas. Nenhuma das instituições americanas ou europeias que abordámos, e nós abordámos muitas, estava disposta a financiá-lo. Ou não apoiavam trabalho de campo, ou todo o dinheiro que tinham estava reservado para projectos ligados à democratização e ao fortalecimento da sociedade civil. É um pouco extraordinário que

com o bin Laden, o mullah Omar e o resto da liderança dos taleban ainda a monte na fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão, ninguém estivesse interessado em apoiar uma investigação com aqueles objectivos. À partida eu julgaria que as pessoas fariam fila para oferecer dinheiro a um projecto desses. Bem, das quinze instituições que abordámos nenhuma se mostrou interessada. Isto sucede depois do 11 de Setembro, com o bin Laden à solta, e com os islamitas radicais a ganhar eleições nas áreas pashtun. Muito revelador, não acham?\*

---

\* Uma versão mais extensa desta entrevista pode ser consultada na *website* do IPRI – UNL ([www.ipri.pt](http://www.ipri.pt)).